

Educação Básica: Base Nacional Comum e infraestrutura escolar

Basic education: common national core and school infrastructure

Paulo Sérgio Garcia

Doutor em Educação. Professor do programa de pós-graduação em educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP – Brasil.
garcia@usp.br

Leandro Campi Prearo

Doutor em Administração. Professor do programa de pós-graduação em educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP – Brasil.
leandro.prearo@uscs.edu.br

Maria Carmo Romeiro

Doutor em Administração. Professora do programa de pós-graduação em educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP – Brasil.
mromeiro@uscs.edu.br

Resumo: A discussão atual sobre a Base Nacional Comum é legítima quando a questão é tornar a escola mais democrática e de qualidade. No entanto, espera-se que suas consequências não ampliem ainda mais o controle e a pressão sobre as escolas e os professores. Neste artigo, examina-se, utilizando dados do Censo Escolar de 2013, a questão da infraestrutura das escolas municipais e estaduais brasileiras e sua relação com o desenvolvimento dos conhecimentos da Base. Verifica-se inicialmente que a discussão sobre a Base não foi precedida ou mesmo concomitante de outra sobre a infraestrutura escolar. Sem tal debate, que deveria incluir as questões de investimentos, a infraestrutura continuará a ser um fator potencializador para alguns jovens e limitante ou excludente para outros. A Base somente poderá auxiliar na redução das desigualdades escolares se considerar a discussão da infraestrutura das escolas.

Palavras-chave: Base Nacional Comum. Infraestrutura. Ensino Fundamental.

Abstract: The current discussion of Common National Core is legitimate when it comes to making the school more democratic and with more quality. However, it is expected that its effects do not increase the control and pressure on schools and teachers. In this article, we examine, using School Census 2013, the physical infrastructure of Brazilian municipal and state schools and its relationship to the development of Core knowledge. It appears initially that the discussion on the Core was not preceded or even concurrent with another on school infrastructure. Without such a debate, which should include investment issues, the infrastructure will continue to be a potentiating factor for some young people and limiting or excluding to others. The Core can only help reduce the school inequalities whether consider the discussion of schools' infrastructure.

Key words: Common National Core. Infrastructure. Elementary School.

Introdução

O Brasil é um país de muitas desigualdades sociais que se transformam em desigualdades escolares para muitas crianças. Alunos com menor nível socioeconômico, oriundos de familiares com baixa renda e escolaridade, apresentam desempenhos mais baixos, alcançando com menos frequência níveis mais altos na trajetória escolar. Tal fenômeno acontece de forma diferente para aqueles jovens de classe alta cujos familiares possuem algum tipo de profissão liberal ou intelectual (COLEMAN et al., 1966; CRESAS, 1978). Em vários lugares do mundo, esta situação já foi confirmada: Estados Unidos (COLEMAN et al., 1966), França (SAUVY; GIRARD, 1965; CRESAS, 1978), Inglaterra (DOUGLAS; ROSS; SIMPSON, 1968).

Estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2011), utilizando resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), mostrou com mais clareza esta situação: trata-se de um fenômeno universal no qual a condição social, econômica e cultural dos pais explica em grande medida as competências e aquisições dos alunos (CRAHAY; BAYE, 2013).

É necessário compreender e lutar contra este processo, auxiliando os alunos a conseguirem desempenho educacional além do esperado, considerando a origem social dos jovens e a composição social do corpo discente da escola. Dito de outra forma, é preciso promover o desenvolvimento integral, levando em conta o rendimento anterior do aluno e a situação socioeconômica e cultural das famílias.

O Brasil avança neste sentido, ainda que seja de forma muito lenta. Após a democratização do acesso à Educação Básica nas últimas décadas, o país vem discutindo questões sobre a qualidade educacional. Neste processo, lançou, em 2014, o Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005. Um pouco antes havia lançado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Lei n.º 11.494/2007, e a Emenda Constitucional n.º 59/2009, que ampliou o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos de idade.

Em 2001, o país tinha instituído a Lei n.º 10.172, que estabeleceu o primeiro Plano Nacional de Educação, fixando objetivos e metas para a Educação brasileira por um período de dez anos (chamada “Década da Educação”), e em 1996 havia sido estabelecida a Emenda Constitucional n.º 14, estabelecendo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (Fundef) com uma nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. Dando origem a toda esta fundamentação está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e a Constituição de 1988. A primeira, em seu artigo terceiro, inciso IX, propôs a “garantia de padrão de qualidade” como princípio do ensino e definiu, no artigo 4º, inciso IX, “[...] padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. A segunda instituiu o marco jurídico-institucional, determinando, no artigo 206, inciso VII, a “garantia de padrão de qualidade” para a Educação.

A preocupação com a qualidade do ensino auxiliou também na criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de dezembro de 1994, Portaria n.º 1.795, com o intuito de oferecer informações para melhorar a qualidade da Educação e o desempenho dos alunos. No atual momento, discute-se uma Base Curricular Nacional Comum para democratizar os conhecimentos e as habilidades fundamentais para todos os estudantes brasileiros, procurando, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades escolares e ampliar a qualidade educacional.

A Base Nacional Comum (BNC), que espera reduzir as desigualdades escolares entre os jovens de todas as regiões e comunidades, vai sinalizar, por meio de objetivos de aprendizagem, o que deverá ser ensinado aos 50 milhões de alunos das mais de 190 mil escolas brasileiras de Educação Básica (Censo Escolar, 2013). Garantido o que ensinar, o “como ensinar” será facultado aos professores, seus métodos de ensino e, entre outras coisas, às possibilidades das escolas, das salas de aula, dos laboratórios, dos equipamentos e materiais de ensino, enfim, da infraestrutura escolar.

A cada professor caberá organizar situações de aprendizagem mobilizadoras para dar “vida” aos conhecimentos da Base. Ou seja, os conteúdos serão determinados, mas os docentes selecionarão as formas de ensiná-los e, neste processo, não é possível desconsiderar no Brasil que o desempenho do aluno é tributário da infraestrutura escolar (IE). A discussão sobre a BNC fica, então, fragilizada se não for precedida ou mesmo concomitante à outra sobre a questão da melhoria da IE, que pode garantir que os conhecimentos possam ser trabalhados de forma adequada nas salas de aula de todo o país. Neste sentido, este estudo investiga, utilizando dados do Censo Escolar de 2013, a questão da infraestrutura das escolas municipais e estaduais brasileiras e sua relação com o desenvolvimento dos conhecimentos da Base. Os dados e as reflexões organizadas e discutidas permitirão situar e ampliar o debate sobre a realidade da BNC.

O que dizem os estudos sobre a infraestrutura das escolas brasileiras

No Brasil, estudos já demonstraram que o desempenho dos alunos é tributário da IE. Este sentido tributário começou a ser demonstrado na década de 1980 quando Castro e Fletcher (1986) revelaram a situação precária da IE das redes escolares brasileiras com pouco ou nenhum material disponível para as atividades pedagógicas. Espósito, Davis e Nunes (2000) revelaram dados positivos para o efeito das condições de funcionamento de laboratórios e espaços adicionais para atividades realizadas. No mesmo sentido, Barbosa e Fernandes (2001) também mostraram que a IE influencia de forma positiva o desempenho dos alunos.

Com dados de diferentes estudos, pesquisadores revelaram que a falta de recursos financeiros, materiais e pedagógicos influenciava negativamente a eficácia da escola (ALBERNAZ; FERREIRA; FRANCO, 2002; SOARES, 2004; FRANCO; SZTAJN; ORTIGÃO, 2007). Além disso, a IE teve efeito positivo sobre o desempenho em leitura de jovens que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) em 2000 (LEE; FRANCO; ALBERNAZ, 2004).

Sátyro e Soares (2007), utilizando dados dos Censos Escolares de 1997 a 2005, analisaram a IE das escolas do Ensino Fundamental. O estudo revelou que ocorreram melhorias no período de 1997 a 2005, mas que não incidiram sobre a repetência e o aprendizado dos alunos. Franco e Bonamino (2005) revelaram que em vários países (Brasil e outros países da América Latina), diferente das nações desenvolvidas em que a infraestrutura escolar é semelhante entre as escolas, a IE é importante para o desempenho escolar dos jovens, mesmo quando os resultados são controlados pelo nível socioeconômico dos alunos.

Soares Neto et al. (2013) mediram e classificaram as escolas brasileiras por meio de uma escala, criando níveis: elementar, básico, adequado e avançado. Trata-se de um dos estudos mais importantes que situou as instituições quanto à infraestrutura, revelando que 84,5% delas estavam no nível elementar ou básico (45% no nível elementar; 40% no básico). Deste total, somente 14,9% se localizavam no nível adequado e 0,6 no avançado.

Os pesquisadores criaram os níveis, considerando que no nível elementar as escolas possuíam água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. No básico, além dos itens presentes no nível anterior, elas tinham sala de diretoria e equipamentos (TV, DVD, computadores e impressora). No adequado, elas tinham sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, sanitário para Educação Infantil, quadra esportiva, parque infantil, copiadora e acesso à internet. Ambientes mais apro-

priados para o ensino e aprendizagem. No avançado, as escolas possuíam uma IE mais próxima do ideal, contando com laboratório de ciências e dependências adequadas para atender alunos com necessidades especiais.

O estudo mostrou ainda que o maior número de escolas localizado no nível elementar está nas regiões Norte (71%) e Nordeste (65,1%). A região Sudeste contava com 22,7% no nível elementar, 57% no básico, 19,8% no adequado e 0,5% no avançado.

Por fim, um estudo realizado por Garcia et al. (2014), parte das pesquisas realizadas pelo Observatório da Educação do grande ABC, identificou e mapeou, por um lado, os estudos sobre a infraestrutura e o desempenho dos alunos e, por outro, mostrou a situação da IE das escolas de Ensino Fundamental na região do grande ABC Paulista. A pesquisa pode ser considerada uma referência na região.

A Base Nacional Comum

A Base Nacional Comum é norteada pela definição dos objetivos de aprendizagem ancorados em doze direitos de aprendizagem, que constituem um conjunto de proposições que orientam os componentes curriculares na definição de seus objetivos. Neste processo, são consideradas as dimensões ética, estética e política.

A BNC traz os conhecimentos fundamentais a que todo estudante deverá ter acesso para que seus direitos à aprendizagem sejam assegurados. Ela está organizada em quatro áreas: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, com o objetivo de superar a fragmentação na abordagem do conhecimento escolar, utilizando para tal a integração e contextualização.

Os objetivos de aprendizagem, criados para as diferentes etapas da Educação Básica, foram propostos, considerando as características dos jovens, assim como suas experiências, os contextos de atuação na vida social, a integração entre os componentes de uma mesma área do conhecimento e entre áreas diferentes, garantidos pelos temas integradores.

Os temas integradores atravessam as experiências dos indivíduos em seus contextos de vida e atuação, atuando na construção da identidade e no modo de interação com os outros. Neste sentido, são contempladas, além da dimensão cognitiva, as questões da política, ética e estética da formação dos estudantes. Tais temas perpassam os objetivos de aprendizagem das disciplinas nas diferentes etapas da Educação Básica.

Para a Educação Infantil, a BNC determina que seis grandes direitos de aprendizagem sejam garantidos: conviver democraticamente, com outras crian-

ças e adultos, interagindo; brincar cotidianamente de diversas formas e participar com protagonismo das atividades da vida cotidiana; explorar movimentos, gestos, sons, palavras, histórias, objetos, elementos da natureza; comunicar-se com diferentes linguagens, opiniões, sentimentos e desejos; conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural. Tais objetivos serão atingidos por meio de situações de aprendizagens integradas à vida cotidiana, que possibilitam a aprendizagem da cultura.

Para o Ensino Fundamental e Médio, os objetivos de aprendizagem dos diferentes componentes curriculares são apresentados por ano. Tal forma de apresentação traz o objetivo de oferecer uma orientação mais precisa aos sistemas, escolas e professores com relação à progressão desses objetivos durante o processo de escolarização. No entanto, esta orientação não pode ser compreendida de forma prescritiva. Neste caso, “[...] importa muito mais observar o alcance do conjunto de objetivos nos anos que demarcam a transição entre as diferentes etapas – da educação infantil ao ensino fundamental, dos anos iniciais aos anos finais, destes ao ensino médio e ao término do ensino médio.” (BRASIL, 2015).

A discussão sobre a Base Nacional Comum

Em um primeiro momento, parece indesejável ser contra a uma Base Nacional Comum. A ideia ecoa como democrática e traz traços de coesão social. Ou seja, procura tornar visíveis e legítimos os conhecimentos e as habilidades essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros devem ter direito e acesso em sua trajetória na Educação Básica.

Tais discussões sobre os objetivos da BNC são importantes, assim como aquelas que situam o debate sobre o que é desejável realizar com essa BNC. A Base pode trazer referências para as escolas, por meio da análise dos conteúdos e dos níveis de desempenho dos jovens. Neste sentido, ela auxilia as escolas na árdua tarefa de tornar o ensino mais democrático e de qualidade. No entanto, por outro lado, esse processo pode aumentar ainda mais o que já está instaurado no Brasil por meio das avaliações de larga escala (Prova Brasil, Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização): a responsabilização das escolas, a punição ou premiação dos professores e dos diretores, o bônus, ou seja, o projeto de meritocracia advindo das políticas neoliberais.

A BNC poderá também impingir uma cultura padrão, compreendida como mais “civilizada” ou “elevada” sobre as outras culturas. Tal cultura imposta será normatizada pela produção de material didático (livro didático), os quais serão

confeccionados pelas grandes empresas, que também estão presentes na discussão sobre a Base. Além disso, a Base poderá também atuar de forma a normatizar os conteúdos da formação de professores, engessando tanto a formação inicial como a contínua, que será toda baseada nos conhecimentos determinados a serem ensinados. Tal situação pode contribuir para despolitizar ainda mais a formação docente.

Neste contexto, Freitas (2015) afirma que, antes de determinarmos a BNC, seria preciso discutir o processo educacional. O autor sugere um amplo debate sobre os determinantes de uma escola e uma Educação de qualidade para, a partir disso, atuar na construção de uma política educacional que persiga tais objetivos, articulada e envolvida, entre outras coisas, em uma concepção de Educação inserida no sistema nacional de Educação, em uma proposta de sistema nacional de formação de professores, de avaliação e de financiamento. Trata-se de um projeto de formação para a nação e para os jovens.

O mesmo autor situa ainda outros efeitos indesejados que poderão advir com a BNC. Entre eles, a implementação da Prova Nacional Docente, que poderá engessar ainda mais as instituições formadoras de professores, com o provável credenciamento de professores, o que vem acontecendo com os diretores. Toda esta situação poderá colocar ainda mais pressão sobre escolas, sobre os professores e os alunos.

A infraestrutura das escolas brasileiras

Os dados identificados e discutidos neste estudo foram coletados no Censo Escolar¹ de 2013. Das categorias utilizadas pelo Censo, vinte delas foram selecionadas para serem analisadas: água filtrada, sanitário e esgoto; cozinha e energia elétrica; laboratório de informática; laboratório de ciências; biblioteca; TV e DVD; acesso à internet e computadores; sala de diretoria e de professores; impressora e copiadora; sanitário para deficiente físico; sala de atendimento especial e dependências para deficientes físicos; quadra esportiva.

Os dados das Tabelas 1 (água filtrada, sanitário e esgoto) e 2 (cozinha e energia elétrica) mostram uma realidade complexa e difícil:

TABELA 1 – ÁGUA FILTRADA, SANITÁRIO E ESGOTO EM ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Água filtrada	85,4
Sanitário	93,3
Esgoto (rede pública)	22,8
Estaduais	
Água filtrada	87,8
Sanitário	97,0
Esgoto (rede pública)	55,2

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Quanto à cozinha e energia elétrica:

TABELA 2 – COZINHA E ENERGIA ELÉTRICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Cozinha	92,2
Energia elétrica	88,6
Estaduais	
Cozinha	96,3
Energia elétrica	96,8

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

A constatação revela a difícil realidade, qual seja a de que muitas escolas (aproximadamente 15% na esfera municipal e 12% na estadual) não possuíam água filtrada, sanitários (aproximadamente 7% na esfera municipal e 3% na estadual) e energia elétrica (aproximadamente 11% na esfera municipal e 3% na estadual). No entanto, como se verifica, tal situação é ainda mais dramática em relação ao esgoto da rede pública. Na esfera municipal, os dados mostraram que nem 25% das escolas possuíam este serviço.

Nas Tabelas 3 e 4 são mostrados os resultados em relação aos laboratórios de informática, acesso à internet e computadores nas escolas:

TABELA 3 – LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Laboratório de informática	41,6
Estaduais	
Laboratório de informática	82,9

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Quanto ao acesso à internet e computadores nas escolas:

TABELA 4 – ACESSO À INTERNET E COMPUTADORES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Acesso à internet	29,4
Computadores	100,0
Estaduais	
Acesso à internet	73,5
Computadores	100,0

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Verifica-se que não são todas as escolas que dispunham de laboratório de informática. Na esfera municipal, menos de 45%. Em relação ao acesso à internet, a situação é ainda mais complicada, pois menos de 30% dos alunos da mesma esfera tinham acesso à rede mundial de computadores.

As Tabelas 5 e 6 revelam a situação brasileira em relação aos laboratórios de ciências e às bibliotecas, respectivamente:

TABELA 5 – LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Laboratório de ciências	3,0
Estaduais	
Laboratório de ciências	27,7

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Em relação à quantidade de bibliotecas:

TABELA 6 – BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Biblioteca	23,0
Estaduais	
Biblioteca	61,1

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

O Brasil ainda carece de laboratórios de ciências, o que não chega aos 30% nas escolas estaduais. O número de bibliotecas não atinge 35% na esfera municipal. Esta dura realidade interfere na aprendizagem dos jovens. Os espaços, equipamentos e materiais são determinantes para o desempenho escolar dos alunos (MENEZES FI-

LHO, 2007; BIONDI; FELÍCIO, 2007). No entanto, somente a presença da biblioteca ou do laboratório não garante a aprendizagem. Esses locais tornam-se importantes quando associados às iniciativas educativas e aos projetos pedagógicos.

Nas Tabelas 7 e 8 encontram-se os resultados em relação à presença de TV e DVD e impressoras e copiadoras na escola:

TABELA 7 – TV E DVD NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
TV	64,5
DVD	61,6
Estaduais	
TV	92,0
DVD	89,6

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013: Elaboração dos autores.

Em relação à quantidade de impressoras e copiadoras nas escolas:

TABELA 8 – IMPRESSORAS E COPIADORAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Impressoras	55,6
Copiadoras	34,8
Estaduais	
Impressoras	89,0
Copiadoras	66,6

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013: Elaboração dos autores.

Todas estas tecnologias podem potencializar as atividades pedagógicas e a aprendizagem dos jovens, possibilitando a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de novas competências. Neste caso, os alunos das escolas municipais contam menos com o recurso da TV e do DVD, assim como com impressoras e copiadoras.

As Tabelas 9 e 10 mostram a quantidade de quadras poliesportivas presentes nas escolas e as salas de diretoria e de professores:

TABELA 9 – QUADRA POLIESPORTIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Quadra poliesportiva	22,8
Estaduais	
Quadra poliesportiva	67,1

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013: Elaboração dos autores.

Quanto às salas de diretoria e de professores:

TABELA 10 – SALA DE DIRETORIA E DE PROFESSORES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Sala de diretoria	49,4
Sala de professores	39,4
Estaduais	
Sala de diretoria	86,7
Sala de professores	85,0

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Na esfera municipal, não chega a 50% a presença da sala de diretoria e de professores. É preciso também considerar que muitas vezes essas salas são espaços adaptados. Na mesma esfera, menos de 25% dos jovens tinham acesso às quadras poliesportivas para o desenvolvimento físico e motor.

Por fim, a Tabela 11 mostra os dados em relação ao atendimento dos deficientes físicos:

TABELA 11 – SANITÁRIOS, SALAS E DEPENDÊNCIAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Escolas municipais	Brasil (%)
Sanitário para deficiente físico	19,4
Sala de atendimento especial	14,0
Dependências para deficientes físicos	15,4
Estaduais	
Sanitário para deficiente físico	41,5
Sala de atendimento especial	26,8
Dependências para deficientes físicos	34,5

Fonte: Dados do Censo Escolar 2013; Elaboração dos autores.

Os dados mostram a empobrecida realidade brasileira. Em termos de espaços atrelados à Educação Especial, o Brasil tem muito a melhorar. Neste sentido, as escolas ainda são uma fonte de exclusão.

Implicações da infraestrutura para a Base Nacional Comum

Uma questão importante no debate sobre a BNC é a ausência de uma discussão preliminar ou concomitante sobre a influência da IE em todo este processo de construção da Base. Pode-se verificar tal ausência quando acessamos os documentos oficiais da Base (BRASIL, 2015) ou os vídeos introdutórios sobre o tema. Mesmo em encontros acadêmicos, como a 67^a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/2015), que contou com duas mesas redondas discutindo a BNC com representantes do Ministério de Educação, do INEP, do Conselho Nacional e pesquisadores, não foram exploradas as implicações da infraestrutura para a realização dos objetivos da Base.

Mesmo quando são avaliados os documentos das organizações que participam do debate (Movimento pela Base – cf. movimentopelabase.org.br), que apresentam textos, vídeos e experiências de outros países, não se verifica nenhuma discussão sobre as implicações da infraestrutura. O silêncio parece indicar que tal problemática não é importante ou mesmo não existe.

A proposta da Base para a Educação Infantil (EI) fundamenta-se na aprendizagem ocasionada pelo conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer-se (BRASIL, 2015). Esses objetivos serão atingidos com a criação de situações de aprendizagem, experiências concretas cotidianas para a aprendizagem da cultura. No entanto, escolas sem energia elétrica, sem equipamentos, materiais (TV e DVD), com ausência de espaços apropriados, livros, bibliotecas não propiciarão às crianças as mesmas oportunidades e nem as mesmas possibilidades de aprendizagens que outras instituições bem aparelhadas com IE adequada.

Na questão de espaços, tempos, quantidades e relações da EI (BRASIL, 2015) foi indicado que a escola favoreça o acesso da criança aos espaços escolares, criando oportunidades de interação, exploração e descobertas e também o acesso aos materiais diversificados para explorações e brincadeiras. No entanto, esses processos contam com o apoio e a sustentação da infraestrutura e as diferenças entre as escolas favorecerão ainda mais aqueles alunos das instituições mais bem aparelhadas, com espaços mais apropriados, materiais variados que possibilitam vivências mais amplas.

A infraestrutura garante o funcionamento adequado da escola e, ao mesmo tempo, impulsiona a aprendizagem e o desempenho do aluno. Uma criança usufruindo de uma escola com IE avançada (SOARES et al., 2013) terá suas experiências potencializadas por um conjunto de situações, incluindo a presença de

materiais e equipamentos, que não poderão ser realizadas em outra instituição sem tais condições.

Em escolas com laboratórios de ciências e a presença de microscópios, o estudo da célula, por exemplo, poderá ser realizado com muito mais profundidade no Ensino Médio (nem 30% das instituições estaduais possuem este espaço). O acesso às lâminas e aos microscópios permite o estudo das estruturas celulares, de organismos animais e vegetais, a observação de minerais ou mesmo de uma gota de água. O mesmo não pode ser visualizado com tantos detalhes com a utilização do giz e da lousa. Em muitas circunstâncias, a IE determina o grau e a profundidade em que um conteúdo escolar pode ser estudado, a diversidade de experiências que podem ser desenhadas e as possibilidades de criação e de inovação do professor nas atividades.

Neste sentido, será que alunos que não contam com a quadra poliesportiva (somente 22,8% na esfera municipal; 67,1% na estadual) e material apropriado (bolas) terão o mesmo aprendizado motor no esporte voleibol? Será que em escolas sem acesso à internet os alunos (nem 30% das escolas municipais possuem este serviço) terão as mesmas oportunidades de aprendizagem? Será que em instituições sem biblioteca (municipais, 23%; estaduais, 61,1%), os alunos terão desempenho pior? Esta pergunta infelizmente já foi respondida: sim (MENEZES FILHO, 2007; BIONDI; FELÍCIO, 2007).

Considerações finais

Este estudo mostrou, por meio do Censo Escolar de 2013, a dura e empobrecida realidade brasileira em relação à infraestrutura escolar das escolas e suas implicações no desenvolvimento da BNC, sinalizando, por um lado, que não se pode ignorar que o desempenho do jovem é tributário da infraestrutura e, por outro, que o debate sobre a Base deve acontecer em conjunto com a questão da melhoria da IE, pois ela, em muitas situações, amplia as possibilidades de criação de atividades pedagógicas (inovação docente), flexibiliza as experiências que podem ser realizadas e orienta o nível e a profundidade em que um tema pode ser analisado pelos estudantes.

A ausência, propositada ou não, de uma discussão sobre a IE na implementação da Base Nacional Comum será um fator limitante do projeto, pois camufla uma realidade complexa e discute, de forma isolada, o projeto da Base. Como sinalizou Freitas (2015), é preciso um amplo debate sobre o que determina uma escola e uma Educação de qualidade e, neste sentido, é necessário incluir nesta

discussão a questão da infraestrutura. É preciso refletir sobre uma política educacional para as crianças e para os jovens e sobre um projeto de nação para o Brasil.

Sem uma discussão séria e a criação de possibilidades para melhoria da IE das escolas brasileiras, ela continuará a ser um fator potencializador para alguns jovens, que estudam em escolas com infraestrutura adequada, e limitante ou excludente para outros, em que a IE não oferece as condições necessárias para o ensino.

A Base somente poderá auxiliar na redução das desigualdades escolares se considerar a questão da infraestrutura, se altos investimentos forem realizados para nivelar as escolas. Do contrário, a base reforçará o processo de discriminação que já ocorre nas escolas brasileiras por meio da infraestrutura escolar.

Notas

- ¹ Censo Escolar: trata-se de um levantamento de dados estatísticos educacionais em nível nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).

Referências

- ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C. *Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002. (Texto para Discussão, n. 455).
- BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série. In: FRANCO, C. (Org.). *Avaliação, ciclos e promoção na educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 121-153.
- BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. *Atributos Escolares e o Desempenho dos Estudantes: uma Análise em Painel dos Dados do SAEB*. Brasília, DF: INEP, 2007.
- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.
- _____. *Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996*: Fundef. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acesso em: 13 mar. 2011.
- _____. *Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 abr. 2011.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do censo escolar 2013*. Brasília, DF, 2014.
- _____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 abr. 2012.

_____. *Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001*: Plano Nacional de Educação.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em: 14 mar. 2011.

_____. *Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007*. Fundeb. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. *Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014*: Plano Nacional de Educação.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum (BNC)*: Documentos oficiais.

Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. *Portaria n.º 1.795, de 27 de dezembro de 1994*. Cria o Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1994.

CASTRO, C. M.; FLETCHER, P. *A escola que os brasileiros frequentaram em 1985*. Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.

COLEMAN, J. S. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington, DC: US Government Printing Office, 1966.

CRAHAY, M.; BAYE, A. Existem escolas justas e eficazes? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 858-883, 2013.

CRESAS. *Le handicap socioculturel en question*. Paris: ESF, 1978.

DOUGLAS, J. W. B.; ROSS, J. M.; SIMPSON, H. R. *All our future*. London: P. Davies, 1968.

ESPÓSITO, Y. L.; DAVIS, C.; NUNES, M. M. R. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – O modelo adotado pelo estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 13, p. 25-53, 2000.

FELICIO, F.; FERNANDES, R. *O Efeito da Qualidade da Escola sobre o Desempenho Escolar*: Uma Avaliação do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal, RN, 2005.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre características de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. *Revista Educação Online*: PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 1, 2005.

FRANCO, C.; SZTAJN, P.; ORTIGÃO, M. I. Mathematics teachers, reform, and equity: results from the Brazilian National Assessment. *Journal for Research in Mathematics Education*, Reston, Virginia, v. 38, n. 4, p. 393-419, 2007.

FREITAS, L. C. *Política Educacional e Base Nacional*. Disponível em: <<http://avaliacaoeducacional.com/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

GARCIA, P. S. et al. A Infraestrutura das Escolas de Ensino Fundamental da Região do Grande ABC Paulista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 9, p. 614-631, 2014.

LEE, V.; FRANCO, C.; ALBERNAZ, A. *Quality and equality in Brazilian secondary schools: a multilevel cross-national school effects study*. Annual Meeting of the American Educational Research Association, San Diego, 2004.

MENEZES FILHO, N. *Os determinantes do desempenho escolar no Brasil: Sumário Executivo*. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, IBMEC-SP, FEA-USP, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Résultats du Pisa 2009*. Surmonter le milieu social: l'égalité des chances et l'équité du rendement de l'apprentissage, 2. Paris: OCDE, 2011.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. *A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005*. Brasília: Ipea, 2007. (Textos para Discussão, n. 1.267).

SAUVY, A.; GIRARD, A. Les diverses classes sociales devant l'enseignement. Mise au point générale des résultats. *Population*, Paris, v. 20, n. 2, p. 205-232, 1965.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 12, n. 38, 2004.

SOARES NETO, J. J. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.

recebido em 30 set. 2015 / aprovado em 29 abr. 2016

Para referenciar este texto:

GARCIA, P. S.; PREARO, L. C.; ROMEIRO, M. C. Educação Básica: Base Nacional Comum e infraestrutura escolar. *Dialogia*, São Paulo, n. 24, p. 83-98, jul./dez. 2016